

**AS DIMENSÕES DA CRISE DE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E
GEOGRÁFICA NA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**

***DIMENSIONS OF ECOLOGICAL AND GEOGRAPHICAL SUSTAINABILITY CRISIS
IN OLIMPIA TOURIST TOWN, BRAZIL***

Mário Megale da Silveira Filho¹

André Fernando Busse Gallão²

Zildo Gallo³

Hidelbrando Hermann⁴

RESUMO

O presente estudo traz o rápido desenvolvimento do turismo no município de Olímpia, localizado no Estado de São Paulo. O município, que até o ano de 2009 possuía uma economia exclusivamente agrícola, começa a transformar-se em um dos maiores polos turísticos do Brasil, através da exploração das águas do Aquífero Guarani. A cidade que recebeu o título de Estância Turística em 2016, possui o terceiro parque aquático mais visitado do mundo, com 2 milhões de turistas por ano, e saiu da 83^a posição do ranking de desenvolvimento para ocupar a segunda colocação. Em 2016 foi sancionada uma lei, o Plano Diretor do Turismo, cujo intuito é transformar a cidade, no prazo de vinte anos, na “Orlando brasileira”. A presente pesquisa analisa o referido plano em consonância com o conceito de ecodesenvolvimento. O resultado é uma discrepância e descaso do Poder Público com a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade geográfica, que inevitavelmente prejudicará a sustentabilidade em seu âmbito social e econômico.

Palavras-chave: Estância Turística de Olímpia; Plano Diretor do Turismo; descaso do Poder Público.

¹ Docente do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro SP. E-mail: megali@mdbrasil.com.br

² Docente Universidade Brasil e Universidade Anhanguera. E-mail: andrebussegallao@hotmail.com

³ Docente Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara SP. E-mail: zildogallo@gmail.com

⁴ Docente Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara SP. E-mail: herman@ige.unicamp.br

ABSTRACT

The present study brings the fast development of tourism in the city of Olímpia, Brazil. This city, that until 2009, had an exclusively agricultural economy, starts to become one of biggest tourist poles of Brazil, through the water exploration of Guarani aquifer. The city which received the title of Tourist Resort in 2016 has the third most visited water park in the world, with 2 million tourists per year, and got out of 83rd place of the development ranking to take the second place. In the year 2016, it was sanctioned a law, the Plano Diretor of tourism, to transform the city, within 20 years, into “The Brazilian Orlando”. The actual research analyzes the said plan in line with the ecodevelopment concept. The result is a discrepancy and neglect of public power regarding to environmental and geographic sustainability, which inevitably is going to harm the sustainability in its social and economic scope.

Keywords: Olímpia’s tourist resort; Plano Diretor of Tourism; public power’s negligence.

1. Introdução

O presente artigo tem como enfoque principal analisar a recente indústria do turismo implantada no município de Olímpia, Estado de São Paulo, e a consequente crise ecológica e geográfica que está prestes a nortear os rumos econômicos e sociais.

Um município que possuía uma economia exclusivamente agrícola, a partir de 2009 começa a transformar-se na mais próspera estância turística do país, graças a um poço perfurado pela Petrobrás, nos anos 1950, do qual em vez de petróleo jorraram águas termais, advindas do Aquífero Guarani, que atingiam de 25°C a 38°C.

Em menos de dez anos, a população, que era de 45 mil habitantes, pula para 54 mil, e a cidade sai da 83ª posição no Ranking das cidades mais desenvolvidas do Brasil e ocupa, em 2018, o segundo lugar. O município que possuía antes de 2009 apenas dois hotéis e três restaurantes, agora possui cinco *resorts* e mais de 16 mil

leitos. Em 2016, Olímpia sancionou uma lei, o Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo, para transformar a cidade em vinte anos na “Orlando brasileira”. O presente artigo faz uma análise do referido plano com os cinco pilares do ecodesenvolvimento, que é um conceito mais apurado de desenvolvimento sustentável, criado por Sachs (1986).

Assim, ao longo da análise, conclui-se que as discrepâncias do plano podem, em menos de vinte anos, causar danos irreparáveis ao meio ambiente e ao meio rural, que influirão certamente na sustentabilidade econômica e social.

Procedimentos Metodológicos. O trabalho seguiu o método de pesquisa bibliográfica –livros, artigos, doutrinas, legislações, com levantamento de dados secundários provenientes dos bancos de dados do Portal do Departamento de Águas e Esgoto do Município de Olímpia (Daemo) e dos *sites* da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como toda referência útil para conhecimento do tema estudado.

A análise mais apurada foi em relação ao Plano Diretor de Turismo, realizado por uma empresa de consultoria contratada pela Prefeitura de Olímpia; o referido plano tem como estratégia transformar a cidade em um prazo de vinte anos na “Orlando brasileira”. Assim, a análise foi feita em consonância com o conceito de ecodesenvolvimento de Sachs (1986).

2. O Desenvolvimento do Turismo

Na década de 1950, a Petrobrás perfurou um poço e em vez de petróleo, jorraram águas termais, com temperatura de até 38°C, que vinham do Aquífero Guarani, mas que apenas em 1987 começaram a ser utilizadas, com a inauguração de um clube social, o Thermas dos Laranjais.

No ano de 2004, o clube social Thermas dos Laranjais é transformado em parque aquático, com visitantes que vinham de cidades em um raio de 200 km. Olímpia não dispunha de hotéis para abrigar os visitantes, que faziam uma viagem ao estilo “bate-volta”.

Em 2009, o setor público inicia investimentos no turismo e, em menos de dez anos, a cidade de 45 mil habitantes passa a 54 mil habitantes. De município que até 2009 possuía insignificantes dois hotéis e raros restaurantes, atinge um número de quatro *resorts*, 25 hotéis, 52 pousadas, 451 casas de veraneio, 56 restaurantes e três parques aquáticos, entre os quais o Thermas dos Laranjais, maior parque aquático da América Latina e terceiro maior do mundo, com mais de 2 milhões de visitantes em 2017.

O turismo significou uma melhoria significativa para a vida da população, e a maior prova disso foi saltar da 83ª posição das cidades mais desenvolvidas do Brasil para a segunda posição (Ranking da Federação das Indústrias do Estado de Rio de Janeiro – Firjan, publicado em junho de 2018); o segmento trouxe oportunidade de emprego. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o setor de serviços empregou, nos dois primeiros meses de 2018, em média, 161 pessoas.

Houve uma grande transformação na estrutura da cidade, tanto social como econômica, trazida pelo turismo. Afinal, Olímpia recebe mais de 2 milhões de visitantes por ano e isso transforma o cenário local; é preciso, então, um trabalho em conjunto para atrair novos investimentos. A hotelaria é, hoje, uma das mais fortes do Estado de São Paulo, com quase 16 mil leitos e empreendimentos de alto padrão, como os *resorts*, que, além de oferecer serviços diferenciados, são grandes geradores de empregos e essenciais para movimentar a economia da cidade.

Segundo dados da Fundação Seade, a economia da Estância Turística de Olímpia divide-se entre os setores da Agropecuária, da Indústria e de Serviços, com 5% dos trabalhadores no setor agropecuário, 27% na Indústria e 67,80% em Serviços. Neste último, a maior parcela está ligada ao setor de turismo, principal fonte de renda do município.

Diante da explosão do turismo, que impulsionou toda a economia da cidade, Olímpia recebeu em 2015, o título de Estância Turística. A Prefeitura, com a preocupação de alavancar mais o turismo, em 2013, contratou uma empresa de consultoria, a T4 Consultoria de Turismo. A intenção era traçar metas para transformar a cidade, em 20 anos, em um polo turístico de projeção nacional. Em

2016, a Câmara Municipal de Olímpia aprovou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico (Lei Municipal nº 4.126, de 15 de junho de 2016).

3. O Plano Diretor de Turismo e o Ecodesenvolvimento

O Plano Diretor de Turismo consiste no planejamento de estratégias de desenvolvimento, estipuladas com base em pesquisas, entrevistas e levantamentos realizados pela empresa responsável pelo projeto, para verificar como a atividade está sendo praticada no município, qual o perfil do turista, o envolvimento da sociedade e outros fatores para definir metas fundamentais para o crescimento estável e sustentável do turismo em longo prazo.

A Lei Municipal nº 4.126, de 15 de junho 2016 (OLÍMPIA, 2016), que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, tem como finalidade a atuação pública e privada, como instrumento da Secretaria Municipal de Turismo de Olímpia, para formulação, coordenação e execução das políticas e planos voltados para atividades turísticas do município. A referida Lei estabelece objetivos, metas, estratégias e programas.

A análise do Plano Diretor de Olímpia foi feita em observância ao conceito de ecodesenvolvimento de Sachs (1986). O autor é referência como ecossocioeconomista por sua concepção de desenvolvimento, que é uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. Sachs (1986) formulou o conceito de ecodesenvolvimento que, anos depois, daria origem à expressão desenvolvimento sustentável. Essa concepção do economista possui cinco dimensões: (i) sustentabilidade econômica; (ii) sustentabilidade social; (iii) sustentabilidade ecológica; (iv) sustentabilidade cultural e (v) sustentabilidade espacial ou geográfica.

Em uma síntese do conceito de ecodesenvolvimento, Sachs (1986, p.18) alega que é um estilo de desenvolvimento em que cada ecorregião deve procurar soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos, da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas de longo prazo. O conceito de ecodesenvolvimento define um

processo de crescimento que concilia viabilidade econômica, deseabilidade social e prudência ecológica (ROMEIRO, 1990, p.149).

Em sua obra, que traz os parâmetros do ecodesenvolvimento, Sachs (1993, p.24-26) apresenta cinco dimensões de sustentabilidade para planejar o desenvolvimento:

- a) *Sustentabilidade social*. O processo deve dar-se de maneira a reduzir substancialmente as diferenças sociais. Deve ainda considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais. Montibeller Filho (1993, p.134) aponta que o principal componente da Sustentabilidade Social está na criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada a melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional, além da produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. O objetivo é a redução das desigualdades sociais.
- b) *Sustentabilidade econômica*. A eficiência econômica baseia-se em alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado; a eficiência deve ser medida principalmente em critérios macrossociais. Para Montibeller Filho (1993, p. 134), o aspecto dessa sustentabilidade apresenta como enfoque principal o fluxo permanente de investimentos públicos e privados, o manejo eficiente dos recursos, a absorção pela empresa dos custos ambientais e a endogenização (contar com suas próprias forças); o objetivo é o aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa.
- c) *Sustentabilidade ecológica*. Engloba a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua deterioração mínima. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, por meio de processos de uso que obedeçam a seu ciclo temporal; implica ainda preservar as fontes de recursos energéticos e naturais. Montibeller Filho (1993, p.135) entende que são características dessa sustentabilidade: produzir respeitando os ciclos ecológicos; prudência no uso de recursos

não renováveis; prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; redução da intensidade energética e conservação de energia; tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; cuidados ambientais. Tal sustentabilidade, para Montibeller Filho (1993, p.135), tem como objetivo proteger a qualidade do meio ambiente e preservar as fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.

- d) *Sustentabilidade espacial ou geográfica.* Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e poder; busca uma relação equilibrada cidade-campo e visa à descentralização espacial (de atividade, de população), desconcentração (democratização local e regional do poder) e relação cidade-campo equilibrada (MONTIBELLER FILHO, 1993, p.135).
- e) *Sustentabilidade cultural.* Busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

A sustentabilidade social é facilmente visível, afinal, a atividade turística no município de Olímpia é intensiva em mão de obra, justamente pelo crescimento do setor hoteleiro e gastronômico; esse tipo de emprego oferecido a população local necessita de um aprendizado quanto ao tratamento despendido ao turista. Portanto, sua satisfação está diretamente relacionada à qualidade do atendimento que recebe de cada uma das pessoas.

A população local não tem aproveitado a oferta de empregos, pois esses exigem de mão de obra especializada. O grande fluxo de desempregados advindo do êxodo rural, provocado pela monocultura da cana-de-açúcar, necessita de cursos especializantes, no que o Poder Público municipal até agora permanece inerte.

A sustentabilidade econômica consta no plano, na construção de novos empreendimentos, para manter o turista por mais tempo na cidade. Esses novos empreendimentos, até o momento, só estão no plano, ainda não tiveram início.

A sustentabilidade cultural não é uma preocupação em Olímpia. Em 2017, o município ocupou o segundo lugar no Índice de Desenvolvimento Educacional, além de manter empreendimentos como a Festa do Folclore e o Museu do Folclore.

Este trabalho vai debruçar-se apenas na sustentabilidade ecológica e espacial ou geográfica (rural), que vai interferir justamente na sustentabilidade social e econômica, e será analisada nos próximos tópicos.

4. Sustentabilidade Ecológica: Entrave para o Desenvolvimento do Turismo

No município de Olímpia, a preocupação com o meio ambiente começou a despertar algum interesse apenas a partir de 2009, justamente com o início da explosão do turismo. Inclusive no setor privado, o principal atrativo da cidade, o parque aquático Thermas dos Laranjais, que até então fazia uso indiscriminado das águas do Aquífero Guarani, construiu uma estação de tratamento de água, fazendo o reuso de suas águas, saliente-se, inclusive, que é um dos instrumentos mais modernos do mundo, no qual a água passa por um tratamento de ozônio e 98% da água é reutilizada.

Já o setor público, não ficou parado, no ano de 2015, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresentou um relatório técnico do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia, elaborado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Os principais resultados apontaram a necessidade de o município centralizar a gestão de seus resíduos em um Parque Ambiental, o qual daria suporte ao manejo integrado dos diversos resíduos sólidos gerados no local. A implantação do parque também criaria mecanismos facilitadores para efetivação das medidas propostas em acordos setoriais dos resíduos de impacto ambiental significativo. Por fim, o município adotaria um Sistema Unificado de Armazenamento de Resíduos, que consiste em um sistema de transferência de diferentes resíduos domiciliares, de

modo a cumprir o Plano Nacional de Resíduos Sólidos no que diz respeito à facilitação das formas de destinação final ambientalmente adequada que compreende o manejo, o tratamento e a disposição final dos resíduos domiciliares e outros que possam ser integrados a seu sistema de manejo.

O Plano Integrado de Resíduos Sólidos não ficou só no papel. A Prefeitura colocou em prática todas as suas diretrizes; uma gestão que se preocupou com o turismo sem esquecer o meio ambiente, assim, em 31 de março de 2016, entregou à população o Parque Ambiental “Olhos D’Água” e o Centro de Triagem de Resíduos Recicláveis.

Figura 1 - Parque Ambiental



Fonte: <www.daemo.sp.gov>. Acesso em: 21 set. 2018

O Parque Ambiental é um projeto pioneiro em seu porte no Brasil; na região de São José do Rio Preto, a Estância Turística sai na frente, e é o primeiro parque ambiental em funcionamento. O parque é administrado pelo Daemo e é diferenciado porque ali se processam os resíduos de construção civil, poda e recicláveis, com o objetivo final de reduzir ao máximo os rejeitos e tirar do meio ambiente urbano tudo o que lhe for nocivo, diferentemente do aterro sanitário, para onde vai todo tipo de lixo, de forma indiscriminada (DAEMO, s. d.).

A infraestrutura de tratamento ambientalmente adequada do Parque Ambiental está em consonância com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; o

estabelecimento foi idealizado com base em modelos de infraestrutura europeia. A média da carga recebida é de 1,17 mil m³/mês de resíduos de construção civil e 1,1 mil m³/mês de resíduos de poda (DAEMO, s. d.).

As principais vantagens do Parque Ambiental são: a) eliminação progressiva dos descartes irregulares e clandestinos de resíduos sólidos em geral no município pelo funcionamento correto dos sistemas integrados de manejo e destinação final única; b) possibilidade de alavancar atividades econômicas relacionadas aos resíduos sólidos por meio de tratamento dos diferentes resíduos sólidos segregados na origem; c) diminuir custos administrativos e de recursos materiais e humanos pela integração dos sistemas de tratamento de resíduos sólidos em ambiente único; d) possibilitar a inclusão de catadores de baixa renda na realização das tarefas relacionadas ao manejo e ao tratamento de resíduos recicláveis; e) criar infraestrutura base para dar suporte à formação de consórcios visando atender municípios da região que careçam de equipamentos de gerenciamento de resíduos sólidos (DAEMO, s. d.). Com o Parque Ambiental veio a coleta seletiva e a Cooperativa de Coleta Seletiva; foram contratados fiscais ambientais, que estão orientando a população, e foi lançado o selo “Amigo do Meio Ambiente da Estância Turística de Olímpia”. Os fiscais ambientais também visitam todas as empresas que geram resíduos recicláveis, e quem doa para a Cooperativa ganha o selo (DAEMO, s. d.).

Outro passo importante foi a criação da Cooperativa de Coleta Seletiva. Os cooperados desenvolvem trabalhos com atividades diárias no Centro de Triagem de Resíduos Recicláveis, que envolvem a separação, a prensagem e a comercialização dos resíduos coletados (DAEMO, s. d.).

Também, em 2015 foi construído o primeiro EcoPonto, que é um equipamento público destinado a receber pequenas quantidades de resíduos sólidos da construção civil (até 1 m³), resíduos volumosos (sofás, móveis, colchões), eletroeletrônicos, lâmpadas, pilhas, baterias, animais mortos e também funciona como Ponto de Entrega Voluntária (PEV) de resíduos recicláveis (papel, papelão, vidro, metal e óleo de cozinha usado). Esses pequenos volumes são levados ao EcoPonto pelos próprios munícipes, excluídas as pessoas jurídicas, que possuem

outro ponto de entrega, o próprio Parque Ambiental. No EcoPonto também existem ainda os coletores externos, disponíveis 24 horas.

Quanto ao saneamento básico, Olímpia destaca-se entre os municípios brasileiros. Estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) que analisou 1.894 cidades – ou seja, 88% dos municípios com até 100 mil habitantes –, coloca Olímpia na 131ª colocação no ranking dos que estão empenhados em tratar 100% de água e esgoto no Brasil; o índice atingido foi de 413,12 de 500 pontos. O levantamento permite saber a porcentagem da população que conta com abastecimento de água (94,44%), coleta de esgoto (94,44%), tratamento de esgoto (30%), coleta de resíduos sólidos – lixo (94,44%) e a destinação desse lixo é de 100% (ABES, 2018).

Mas nem tudo são flores no âmbito do meio ambiente de Olímpia; a *Folha da Região*, em sua versão virtual, publicou uma pesquisa da Fundação SOS Mata Atlântica (FOLHA DA REGIÃO, 2017) de um trabalho denominado *Aqui tem Mata? A fundação tem como escopo principal a conscientização sobre a evolução do desmatamento do bioma Mata Atlântica, que, com a Floresta Amazônica, compõe o principal ecossistema do país.*

Em Olímpia, segundo o levantamento realizado via satélite, a preocupação é maior ainda, porque o município perdeu 40% do pouco saldo que tinha de sua Mata Atlântica em sete anos de mandato do ex-prefeito Eugênio José Zuliani. Ainda segundo dados da fundação SOS Mata Atlântica citados pelo cotidiano, em 2017 havia 3.523,48 ha de mata, incluindo 82 ha de vegetação de várzea, o que representa 189 vezes o tamanho do Estádio Mário Filho, o Maracanã, no Rio de Janeiro. Em 2009, Olímpia ainda tinha 5.833 ha, ou seja, 11%, de sua mata original, que inicialmente ocupava 55.036 ha da área total do município, de 80.265 ha. Já segundo o estudo de 2015 (FOLHA DA REGIÃO, 2017), a Mata Atlântica ocupa apenas 4,39% da área total do município.

Vale destacar que, no início de sua história, o município tinha 68%, ou seja, 55.036 ha, cobertos pela vegetação nativa, ou seja, pela Mata Atlântica. Os dados são originados no “Atlas de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica”, projeto que gera relatórios anuais sobre o estado de conservação da floresta (FOLHA DA

REGIÃO, 2017). O monitoramento é feito desde 1990 por meio de uma parceria da SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com execução técnica da Arcplan, empresa privada, constituída por geógrafos especializados em Geoprocessamento, com ênfase em cartografia digital, interpretação de imagens de satélite e fotografias aéreas.

Em estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), observa-se que o município de Olímpia se localiza sobre terrenos nos quais a suscetibilidade à erosão é de alta a muito alta e que, em decorrência do uso e da presença de muitos dos fatores que desencadeiam os processos erosivos, como o cultivo da cana-de-açúcar, é um município classificado como muito crítico quanto ao processo erosivo. Os processos erosivos neste tipo de solo podem produzir grandes volumes de sedimentos, cujas consequências são a perda de solo agricultável e o assoreamento dos cursos d'água, contribuindo, entre outras coisas, para a diminuição da capacidade de armazenamento dos reservatórios (IPT, s. d.).

O estudo citado afirma que a cobertura vegetal é o fator de maior relevância na proteção dos solos, pois afeta sua erosão de várias maneiras, por meio dos efeitos espaciais da cobertura vegetal, dos efeitos de energia cinética da chuva e do papel da vegetação na estabilidade dos agregados do solo. No município de Olímpia, foram identificadas duas áreas de Risco Médio (R2), ambas para inundação (plano de contingência) em reservas urbanas.

Segundo o Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo (IF, 2010), o município de Olímpia possui 6.309ha de vegetação nativa, o que representa 7,9% de sua área total. A distribuição dessa vegetação por tipos de fisionomia vegetal e suas respectivas características pode ser observada da seguinte maneira: o alto grau de fragmentação dos remanescentes de Olímpia, com apenas onze fragmentos maiores que 100 ha; o maior fragmento possui apenas 234ha, tornando-se urgentes medidas de recuperação e formação de corredores conectando os fragmentos. Por outro lado, mais de 40% dos remanescentes são de vegetação secundária e 21% de savana florestada, nesse caso, também considerada consequência da intervenção antrópica, ou seja, restam em Olímpia pouquíssimos remanescentes com tamanho de conservação mínimo (IF, 2010).

Essa devastação da cobertura vegetal, ou seja, do aniquilamento da Mata Atlântica, provocando uma grave crise no processo erosivo, deve-se principalmente à monocultura da cana-de-açúcar, que ocupa 45 mil ha dos 52.952 ha de área plantada, e 450 km² da área do município, que possui 803km², portanto, mais da metade pertence à nociva monocultura.

Olímpia, não possui uma preocupação com o meio ambiente, faltam políticas públicas para preservar o que restou da Mata Atlântica. Afinal, as cidades são reflexos da sociedade e de seus valores, produto do sistema industrial capitalista, que necessariamente funciona com base na desigualdade. O sucesso de uma cidade depende dos seus habitantes e do poder público, da prioridade que ambos dão à criação e manutenção de um ambiente urbano e humano (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001, p.16).

5. Sustentabilidade Espacial ou Geográfica: Panaceia para o Desenvolvimento Enterrada pelo Poder Público

Na última dimensão de Sachs (1986), a sustentabilidade geográfica ou espacial, o economista propõe a descentralização espacial de atividade e de população, além da desconcentração, entendida como a democratização local e regional do poder. A intenção é evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e poder. Busca-se assim, uma relação equilibrada cidade-campo.

A Estância Turística de Olímpia, como já dito, ocupa uma área aproximada de 803 km² e tem uma população de 54.037 habitantes. A área do município é quase o dobro da de São José do Rio Preto, cuja jurisdição tem 431 km² e população aproximada de 408 mil habitantes, ou seja, tem 350 mil habitantes a mais que Olímpia.

Esses dados demonstram que o município de Olímpia não sofre com a densidade populacional, pois a área urbana é diminuta perto da malha rural. Assim, quanto ao aspecto de aglomeração populacional, não há óbices para seu crescimento, a densidade demográfica era de 62,32 h/km² em 2010 (IBGE, s. d.).

O cultivo de cana-de-açúcar é o principal uso e ocupação do solo em Olímpia, cobrindo 45 mil ha ou 450 km², mais da metade da área do município, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 (IBGE, s. d.). A área plantada em Olímpia corresponde a 52.942 ha (OLÍMPIA, 2019, p. 47).

Assim, apenas 7.942 ha destinam-se a outras culturas. O cultivo da cana-de-açúcar, em praticamente 100% das terras de Olímpia, traz um prejuízo imensurável ao meio ambiente. Segundo Guarnieri e Jannuzzi (1992) entre os principais impactos ambientais do cultivo da cana-de-açúcar estão os efeitos no solo, rios e águas subterrâneas em decorrência do uso de agrotóxicos, compactação do solo devido ao uso intensivo de máquinas agrícolas, erosão do solo, impacto social, empobrecimento da diversidade biológica (vegetal e animal) devido à eliminação de todos os seres vivos que, de uma forma ou de outra, estão associados à expansão da cultura canavieira. Além de ser um dos fatores mais importantes para a redução do potencial produtivo dos solos, o plantio de cana-de-açúcar ainda tem como consequência o arrastamento de partículas de solo com defensivos agrícolas, matéria orgânica e nutrientes químicos, causando assoreamento e poluição de rios, lagos e nascentes. O assoreamento, além dos danos ambientais, pode ter ainda como consequência redução do potencial das hidroelétricas, redução da captação de água para o abastecimento público, entre outros problemas (SBPE, s. d.).

Um fator que não pode passar despercebido são as técnicas usadas pela agroindústria sucroalcooleira para a utilização da cana-de-açúcar, produzindo grande volume de resíduos, em sua maioria líquidos. Dentre esses, deve-se destacar a **vinhaça** e a **torta de filtro**.

A vinhaça é um resíduo resultante da produção de álcool após a destilação e a fermentação da cana-de-açúcar. Constitui um dos principais efluentes sob o aspecto de potencial de poluição; cada litro de álcool produzido em uma destilaria gera entre 10 e 15 litros de vinhaça (CÂMARA, 1993). No entanto, por sua riqueza de nutrientes, a vinhaça tornou-se uma fonte importante de reciclagem de fertilizantes. Rica em matéria orgânica e em nutrientes como o potássio (K), o cálcio

(Ca) e o enxofre (S), além de possuir uma concentração hidrogeniônica (pH) variando entre 3,7 e 5,0 (SILVA, 2001).

Segundo Bressiani (1993), a utilização da vinhaça tem resultado na alteração das propriedades do solo nos aspectos morfológico, físico, químico e biológico. A infiltração do líquido na água subterrânea indisponibiliza sua potabilidade, uma vez que transfere para o lençol freático altas concentrações de amônia, magnésio, alumínio, ferro, manganês, cloreto e matéria orgânica (HASSUDA, 1999).

Já a torta de filtro é um resíduo composto da mistura de bagaço moído e lodo da decantação, sendo proveniente do processo de clarificação do açúcar; para cada tonelada de cana moída são produzidos de 30 kg a 40 kg de torta. É um composto orgânico (85% de sua composição) rico em cálcio, nitrogênio e potássio com composições variáveis, dependendo do tipo de cana e de sua maturação. O modo de aplicação do produto é testado de diferentes formas nas unidades de produção, desde a aplicação da área total até nas entrelinhas ou nos sulcos de plantio (PIACENTE; PIACENTE, 2004).

A prática de aplicação da torta de filtro e sua estocagem devem ser rigorosamente controladas, uma vez que esse material, similar à vinhaça, possui elevada demanda bioquímica de oxigênio e é uma fonte potencialmente poluidora (BRUSEKE, 1995). Piacente e Piacente (2004) apontam para um aumento na concentração dos teores de metais pesados em solos que tradicionalmente recebem tratamentos culturais à base de torta de filtro e um potencial risco de contaminação do lençol freático, uma vez que esses metais não são absorvidos pela planta e tendem a percolar.

Nociva ao meio ambiente, a cana-de-açúcar ainda é responsável pelo grande êxodo rural em Olímpia, o que acarreta o maior índice de desemprego. É oportuno salientar que essa mão de obra que sai do campo não possui qualificação para trabalhar nos empreendimentos turísticos que o município oferece; as outras culturas, como a laranja, traziam emprego, pois fixava o homem ao campo, além de poluírem menos.

Esse é o descaso do município com os pequenos e médios agricultores rurais, que, por vezes, ainda lutavam para manter-se nas propriedades rurais com

uma produção familiar e de subsistência; as políticas agrárias no município são precárias.

O maior dano ambiental causado pela monocultura da cana-de-açúcar foi, portanto, a migração do campo para a cidade, lembrando que a mecanização da colheita também intervém na falta de mão de obra, que sempre existiu para os colhedores, principalmente na época da citricultura, enquanto que a cultura da laranja fixava o homem ao campo e, até 2008, era a cultura dominante (PINO, 2009).

Segundo o último Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa), constante em Pino (2008), realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o município de Olímpia possui a seguinte estrutura fundiária, aproximadamente:

- Áreas com até 50,0 ha - 1.85 propriedades, 78,69%;
- Áreas com 50,1 até 200 ha – 231 propriedades, 16,75%;
- Áreas com 200,1 até 1.000 ha – 58 propriedades, 4,21%;
- Áreas com 1000,1 até 5.000 ha – 4 propriedades; 0,29%, e;
- Áreas com 5.0001 e acima de 10.000 ha – 1 propriedade; 0,07%.

Observando a estrutura fundiária do referido levantamento, podemos concluir que aproximadamente mil propriedades se enquadram como propriedade familiar, considerando-se principalmente a área máxima fixada para o município de Olímpia. Portanto, todos os trabalhos, serviços oferecidos e apoio técnico propiciado ao coprodutor rural do município, de uma forma ou de outra, beneficiam o pequeno produtor ou agricultor familiar ou empreendedor rural familiar.

De acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor que quatro módulos fiscais (Módulo Fiscal do município: 20 ha), mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores

familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados (BRASIL, 2006).

O art. 4º, II, do Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) define como “propriedade familiar” o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhando com ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Conforme os dados apresentados, Olímpia possui mil propriedades definidas como propriedade familiar, ou seja, 78,69% de pequenos proprietários. As propriedades rurais que se enquadram na definição legal como “propriedade familiar” necessitam escoar sua produção para as cidades, onde essa produção geralmente é comercializada em feiras livres e mercados.

Apesar da quase totalidade das propriedades ser pequena em Olímpia, as estradas de acesso à zona rural encontram-se em estado deplorável, e o pequeno produtor acaba encontrando dificuldades para escoar sua produção. O resultado é que o valor das mercadorias acaba chegando ao consumidor com preços exorbitantes. O maior entrave, para o desenvolvimento da agricultura familiar em Olímpia é a desídia da Prefeitura em apoiar o pequeno produtor rural. Afinal, a agricultura familiar é uma forma para valorizar a produção, um meio de garantir o mercado e estimular a busca de uma produção mais adequada.

Em Olímpia, existe apenas a Associação dos Pequenos Produtores do Bairro da Capituva, onde cerca de trinta famílias produzem alimentos para o município e região; esses pequenos agricultores poderiam fornecer seus produtos para a merenda escolar. A Prefeitura poderia, através de políticas públicas, facilitar a vida do homem no campo para escoar a mercadoria, procurar novos mercados para esses agricultores e expandir a empregabilidade, bem como o mercado.

Uma alternativa, que foi abandonada, foi o Selo Caipira. Trata-se de uma proposta do ex-prefeito Eugenio Zuliani (administração 2009) para criar possibilidades para o agricultor manter sua propriedade e fazê-la autossustentável. O Selo Caipira seria uma ferramenta que o poder público traria, em parceria com

instituições privadas (Sindicato Rural, Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo) para o sucesso do homem do campo na propriedade rural.

Outro descaso do poder público era a falta de uma feira livre no município. A primeira feira livre da Estância Turística de Olímpia demorou a chegar; apenas em 10 de abril de 2016 começou a funcionar, com apoio da Prefeitura e suporte da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria.

O projeto da primeira feira-livre de Olímpia foi elaborado pelo vereador Luis Antônio Salata. O objetivo da feira era ser mais um atrativo para a cidade, bem como oferecer produtos de qualidade diretamente do produtor rural, incentivando a agricultura familiar e gerando renda para mais de setenta famílias de Olímpia e região. A feira livre disponibilizava opções de hortifrúti, queijos, geleias, caldo de cana, pastel, derivados do milho, café moído, produtos de panificação, brinquedos, roupas e artesanato e funcionava aos domingos, das 7h às 12h, em uma das avenidas principais da cidade.

Um dos objetivos da feira, que era atrair o turista a conhecê-la, não se concretizou, deixando óbvio que a iniciativa estava fadada ao insucesso. A feira, como mencionado, funcionava nas manhãs de domingo, neste horário o turista, que na sua maioria chega à cidade na sexta-feira e retorna a sua cidade no domingo, está fazendo o *check-out*, dificilmente irá visitar uma feira. Em outras cidades turísticas, a feira livre funciona em praças, aos sábados e o dia inteiro.

Mas o que levou ao insucesso da primeira feira livre de Olímpia não foi a falta do turista, e sim os altos preços dos produtos, que se devem ao já foi mencionado, ou seja, ao péssimo estado das estradas rurais e a falta de conservação das mesmas. Os pequenos produtores são menos favorecidos e acabam gastando com a mecânica de seus transportes precários, fatores que influenciam no preço final de suas mercadorias.

Assim, é de suma importância o investimento do setor público em estradas rurais para facilitar o escoamento da produção, e assim contribuir para a redução dos preços. Mas é óbvio também que a melhoria nas estradas seria em vão caso não haja a implantação de feiras livres, ou no mínimo a construção de um Mercado Municipal. Olímpia, diferentemente das cidades que a cercam, não possui um

estabelecimento do gênero, e essa talvez seja uma grande lacuna para o escoamento da produção agrícola.

Outro detalhe é que o município tampouco possui o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), e não há uma preocupação dos políticos em criá-lo. O que demonstra um total descaso com a área rural.

6. CONCLUSÃO

O turismo no município de Olímpia é uma atividade econômica recente, uma novidade para uma população que, até 2009, vivia exclusivamente da agricultura. Embora seja uma atividade econômica surgida há poucos anos, instalou-se com uma rapidez; em pouco menos de 10 anos, foram construídos cinco Resorts, para uma cidade que antes de 2009 só possuía meros dois hotéis, com uma população que, nesse pouco tempo, saltou de 45 mil para 54 mil habitantes. Números do desenvolvimento que balançaram com a oferta de empregos, estimularam o comércio, principalmente a abertura de vários locais para alimentação.

O presente artigo analisou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Olímpia, em consonância com o conceito de ecodesenvolvimento. Um plano realizado por uma empresa de consultoria, a pedido da administração pública local, que detalha, traz diretrizes e planejamento para a transformação do município turista na “Orlando brasileira”, em um prazo de vinte anos. O plano e o Poder Público investiram esforços na sustentabilidade social, econômica e cultural, esquecendo-se da sustentabilidade ambiental e geográfica, que futuramente prejudicará o âmbito socioeconômico.

A maior mácula quanto ao meio ambiente vem da constatação dos estudos realizados pelo instituto S.O.S. Mata Atlântica, nos quais, segundo dados apresentados, a aceleração da destruição da Mata Atlântica em Olímpia atingiu números alarmantes. Não existe uma preocupação atual quanto a esse desmatamento, assim como com a preservação do que resta da Mata Atlântica no município. Faltam políticas públicas que sejam pontuais e eficazes para a construção de áreas verdes, e é nesse ponto que o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico

possui uma lacuna que pode trazer efeitos devastadores ao meio ambiente, principalmente com relação ao turista, que sai das grandes cidades e busca um contato com a natureza. Portanto, é imprescindível a criação de políticas públicas para uma estratégia buscando a construção de áreas verdes.

A sustentabilidade espacial ou geográfica, conforme Sachs (1986), é outro impasse de Olímpia, talvez o maior. Esse pilar de sustentabilidade trata da relação cidade-campo. O cultivo de cana-de-açúcar é o principal uso e ocupação do solo no município de Olímpia, cobrindo mais da metade da área do município, restando pouco espaço a outras culturas, como já dito acima. A cana-de-açúcar, além de ser nociva ao meio ambiente, é responsável pelo grande êxodo rural em Olímpia, o que acarreta o maior índice de desemprego. É oportuno salientar que essa mão de obra que sai do campo não possui qualificação para trabalhar nos empreendimentos turísticos que o município oferece; outras culturas, como a laranja, traziam emprego ao campo, além de serem menos poluentes.

Esse é o descaso do município com os pequenos e médios agricultores rurais, que correspondem a 80% dos produtores, que, por vezes, ainda lutavam para manter-se nas propriedades rurais com uma produção familiar e de subsistência. O maior dano ambiental causado pela monocultura da cana-de-açúcar foi a migração do campo para a cidade, lembrando que a mecanização da colheita também agiu sobre o mercado de trabalho, que sempre foi precário para os colhedores, principalmente na época da citricultura.

Esses pequenos e médios produtores rurais necessitam (ou necessitavam, porque praticamente já deram lugar à monocultura da cana-de-açúcar) de estradas rurais em boas condições para escoar sua produção. Mas o péssimo estado das estradas rurais de Olímpia acaba por encarecer a produção; prova disso foi a tentativa da cidade em criar sua primeira feira livre, no início de 2016. Hoje, essa primeira feira livre não existe mais, justamente pelos valores praticados; os supermercados da cidade ofereciam preços melhores em suas frutas e seus produtos hortifrutigranjeiros; justamente a feira, que é um lugar onde os preços são bem abaixo dos praticados em supermercados.

O Plano Diretor para o Desenvolvimento do Turismo em Olímpia não tratou da sustentabilidade geográfica, abrindo uma grande fenda nesse projeto de desenvolvimento sustentável para vinte anos. Aos gestores públicos cabe o alerta, para preencher essa lacuna do plano por meio de políticas públicas, planejando reformas para as estradas rurais e sua conservação, aí se pode novamente tratar de feira livre, com preços convidativos, que proporcionam à população local e vizinha apreciar os produtos da região. Também a construção de um Mercado Municipal e a criação do SIM seriam imprescindíveis.

Porém nada disso adianta se o descaso com a agricultura familiar continuar. Essa modalidade de produção poderia fornecer alimentos para a merenda escolar. O único projeto para o desenvolvimento da agricultura familiar foi o Selo Caipira, criado na gestão de 2009, e enterrado pela gestão seguinte.

Não há dúvidas que a Estância Turística de Olímpia vem se transformando em um dos pontos turísticos mais promissores do país. O Plano Diretor do Desenvolvimento Turístico traz diretrizes e projetos que dá asas à pequena cidade para transformar-se em um polo do turismo nacional. Muito além do turismo, o plano pode transformar Olímpia em um modelo de cidade sustentável, porém há acertos a fazer, e não podem ficar em segundo plano, sob pena de transformar esse sonho em um irrevogável pesadelo no deserto.

REFERÊNCIAS

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. **Ranking ABES da Universalização do Saneamento 2018**. Abes: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[www.http://abes-dn.org.br/?p=18536](http://www.abes-dn.org.br/?p=18536)>. Acesso em: 21 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 nov. 1964, suplemento, p. 49. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Revista Hispeci & Lema On-Line, Bebedouro SP, 10 (1): 90-112, dez. 2019.
ISSN 1980-2536 - unifafibe.com.br/revista e unifafibe.com.br/hispecielemaonline/

Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRESSIANI, J. A. **Herdabilidade e repetibilidade na cultura da cana-de-açúcar**. 1993. 66f. Dissertação (Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas)- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1993.

BRUSEKE, F.J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

CÂMARA. G.M. de S.; OLIVEIRA, E.A. M. de. **Produção de cana-de-açúcar**. Piracicaba: Fealq, 1993.

DAEMO - Departamento de Águas e Esgoto do Município de Olímpia. Olímpia, s. d. Disponível em: <www.daemo.sp.gov>. Acesso em: 21 set. 2018.

GUARNIERI, L.C.; JANNUZZI, R.M. Proálcool: Impactos Ambientais. **Revista Brasileira de Energia**, s. l., v. 2, n. 2, 1992. Disponível em: <<https://www.sbpe.org.br/index.php/rbe/article/download/46/46/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

HASSUDA, S. **Impactos da infiltração da vinhaça da cana no Aquífero Bauru**. 1989. Tese (Mestrado). Instituto de Geociências– USP, São Paulo, 1989.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Olímpia**. IBGE, Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/olimpia/panorama>>. Acesso em: 25 maio 2019.

IF - Instituto Florestal. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo**. São Paulo: IF, 2010.

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Erosão hídrica do tipo ravina e boçoroca** (resumo). São Paulo: IPT, s. d. Disponível em: <https://www.ipt.br/centros_tecnologicos/CTGeo/artigos_tecnicos/1197-erosao_hidrica_do_tipo_ravina_e_bocoroca.htm>. Acesso em: 27 maio 2019.

FOLHA DA REGIÃO. Geninho desbanca Benito e assume paternidade do turismo em Olímpia. Olímpia, 26 mar. 2017. Disponível em: <http://www.fofolha.com.br/ler_noticias.php?id_j=19473&titulo=Geninho%20desbanca%20Benito%20e%20assume%20%20paternidade%20do%20turismo%20em%20Ol%C3%ADmpia>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento sustentável. **Textos de Economia**, Florianópolis, v,4, n. 1, p. 131-142, 1993.

Revista Hispeci & Lema On-Line, Bebedouro SP, 10 (1): 90-112, dez. 2019.
ISSN 1980-2536 - unifafibe.com.br/revista e unifafibe.com.br/hispecielemaonline/

_____. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de produtor de mercadorias.** Ed. da UFSC: Florianópolis, 2004.

OLÍMPIA (Estância Turística de). **Boletim de Conjuntura Econômica 2014/2015.** Prefeitura da Estância Turística de Olímpia: Olímpia, 2015. Disponível em: <https://www.olimpia.sp.gov.br/arquivos/23_conjuntura.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

_____. Lei nº 4.126, de 15 de junho de 2016. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município da Estância Turística de Olímpia. **Leis Municipais**, s. I, 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-de-desenvolvimento-turistico-olimpia-sp>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PIACENTE F. J.; PIACENTE E. A. **Desenvolvimento sustentável na agroindústria canaveira: uma discussão sobre os resíduos.** Campinas: Instituto de Economia e Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2004. 13p. Artigo.

PINO, F. A. Análise preliminar de um censo agropecuário: Projeto Lupa no Estado de São Paulo. São Paulo, **Projeto Lupa**, 2009. Acesso em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/Artigo_Lupa_Analise_Preliminar.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento Econômico e a Questão Ambiental: Algumas Considerações. Texto apresentado no **Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** organizado pelo IPEA/SEMAM, Brasília, nov. 1990.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento.** São Paulo: Vértice Sul, 1986a.

_____. **Ecodesenvolvimento Crescer Sem Destruir.** São Paulo: Terra dos Homens, 1986b.

SILVA, M.A.M. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os imigrantes. In: GIARRACCA, N. (org.). **¿Una nueva realidad em América Latina?**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, p. 289-305. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929020624/14moraes.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SOARES, G. F. S. **Direito Internacional do Meio Ambiente.** São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Recebido em 20/08/2019

Aprovado em 09/12/2019